

Prefácio¹

(fragmento selecionado por Magnólia B. B. Nascimento – UFF)

yace media España: murie de la otra media.

(Mariano José de Larra, 1809-1837)

O século XVIII iniciou-se, na Espanha, com a chegada dos Bourbons ao trono até então ocupado pela dinastia dos Áustrias, cujo ramo espanhol esgotara-se com a morte, sem deixar descendentes, do rei Carlos II. Os Bourbons franceses significariam uma guinada no modelo socioeconômico até então vigente no país, basicamente pela implantação do pensamento racional da Ilustração, que iria abrir espaço para a, até então, pouco desenvolvida burguesia espanhola.

O choque com o pensamento tradicionalista, refugiado especialmente na Igreja Católica, foi inevitável. Se, por um lado, é evidente que os novos ventos favoreceram a modernização da Espanha, por outro também é possível entender que os modelos culturais do neoclassicismo francês careciam de raízes em um povo que produzira, nos séculos anteriores, alguns dos marcos da modernidade cultural. Proclamar o caráter antiespanhol da política dos Bourbons era fácil para os setores conservadores, especialmente quando os reis chegaram a subordinar explicitamente, em sucessivos “pactos de família”, os interesses da Espanha aos da família real ou da França.

Essa tensão, que daria lugar a diversos episódios em que tradicionalistas e progressistas entraram em choque ao longo do século, agravar-se-ia com a Revolução Francesa, de 1789, quando o monarca espanhol viu serem degolados seus parentes que ocupavam o trono da França, em nome do ideário progressista que a família real contribuía para levar à Espanha. O choque entre absolutismo e liberalismo teria complicações e nuances paradoxais na Espanha, passando pelos duros anos da ditadura de Fernando VII, entre seu regresso à Península em 1814, após a derrota de Napoleão, e sua morte em 1833.

A consequência da radicalização crescente no antagonismo entre tradicionalistas e progressistas, depois conservadores e liberais, seria a de que no

1 Retirado de: GONZÁLEZ, M.M. Prefácio. In: NASCIMENTO, M. B. B. *O diálogo impossível: a ficção de Miguel Delibes e a sociedade espanhola no franquismo*. Niterói: EDUFF, 1011.

século XIX iria crescer a ideia da existência de duas Espanhas: uma liberal e progressista, laicizante, favorável à modernização e à democracia; a outra voltada para a tradição, favorável ao absolutismo, dominada pelo pensamento da Igreja Católica. Os sucessivos choques entre essas duas concepções da nação espanhola chegariam a uma trágica culminação quando militares favoráveis ao fascismo se sublevaram em 1936 contra a República Espanhola, legitimamente instaurada em 1931. Um desses militares, Francisco Franco, como se sabe, após derrotar os republicanos, instaurou uma ditadura que só terminaria com sua morte, em 1975. No entender de Franco, ao suprimir a República e eliminar os simpatizantes desta, ele acabara com o que chamava de “a anti-Espanha”. Na prática tratava-se da eliminação de uma metade da nação, tida por ele como a negação da única Espanha possível para ele, uma Espanha ostensivamente ancorada na ideologia dos Reis Católicos que, no fim do século XV, iniciaram a eliminação das minorias judaica e muçulmana espanholas, colocando a semente de um sistema político e social embasado na intolerância.

Franco pensou ter realmente suprimido definitivamente as dissidências. E chamou o resultado de “paz”. Passaram a comemorar os “20 anos de paz”; que depois seriam 25; e 30. Paz, pois não havia dissidentes. Com o envelhecimento do chamado *caudillo*, a imprensa controlada pelo Estado proclamou que “Depois de Franco, Franco; isto é, o espírito de Franco consubstanciado no Movimento Nacional”, o conglomerado político que sustentava o regime, a cujos princípios o então príncipe Juan Carlos, herdeiro da coroa, fora levado a jurar fidelidade.

Um episódio marcante ocorreu em fins de 1966: Franco submeteu a um plebiscito os princípios do seu regime, reunidos na legislação fundamental vigente. Votar “sim” era votar favoravelmente ao franquismo e justificar todas as suas arbitrariedades. Votar contra era possível, mas como ninguém imaginava possível a vitória do “não”, sequer havia uma proposta política para o caso de uma vitória da oposição. Após um período de violenta propaganda em todos os meios de comunicação exclusivamente a favor do “sim”, o *referendum* consagrou, pela quase unanimidade dos votantes, a suposta legitimidade do franquismo.

Significativamente, nesse mesmo mês de dezembro de 1966, o sucesso editorial levava ao debate público um romance nada convencional, intitulado *Cinco horas con Mario*, escrito por um autor que os espanhóis já conheciam desde os anos 40, quando ele iniciara sua carreira de escritor: Miguel Delibes.

O romance de Delibes levantou uma boa polêmica, já que nele uma mulher, educada nos melhores princípios do catolicismo e do franquismo, desfiava-os num inesperado “diálogo” a sós com o cadáver do seu marido, durante a noite do velório. Mas Carmen (Carmen como Carmen Polo, a mulher de Franco), por mais que jogasse na cara do defunto Mario o absurdo das ideias opos-

tas às suas, que ele e seus amigos consideravam renovadoras, traía-se ao ter que confessar que nem sempre ela fora tão fiel aos princípios que defendia. O retrato, a metonímia da Espanha de pós-guerra, era evidente. E um mínimo debate, sempre dentro dos limites tolerados pelo franquismo, instaurou-se nos meios intelectuais da Espanha. Delibes, o autor, estava a salvo: sua personagem Carmen defendia acirradamente os princípios do regime. O esquisito Mario, discreto opositor, morrera de um ataque cardíaco.

Cinco horas con Mario consagrou definitivamente Miguel Delibes, escritor nascido em Valladolid, em 1920, que até então escrevera bons romances, premiados alguns, mas nenhum à altura deste que, sem quebrar o tom “realista” grato a muitos espanhóis graças ao predomínio de uma linguagem absolutamente coloquial, encontrava uma nova forma de narrar, além da linearidade decimonônica em geral predominante na narrativa espanhola. Mais uma vez, Delibes, como faria ao longo de toda sua obra, escrevia sem ceder à tentação de cingir-se às receitas da moda, mas também sem se fixar em modelos anacrônicos.

O romance, por outro lado, era fiel às constantes que a crítica já observara na narrativa delibesiana: uma paisagem que, urbana ou rural, é sempre provinciana; o homem e a mulher de Castela como eixo; e a História como referência permanente. Delibes olha para trás, para o passado imediato, à procura de espaços domésticos como o lar de Carmen, onde se projeta a realidade nacional e especial e subliminarmente, a tragédia da meia-Espanha silenciada; as histórias que ele narra ou narram suas personagens integram-se plenamente, dessa maneira, na História da era Franco. As narrativas assim ancoradas, através do cotidiano, na realidade social espanhola produzem romances, mais que históricos, “intra-históricos”, no sentido unamuniano do termo, os quais acabam sendo uma fina leitura crítica da era franco. Porque neles, ganham voz, direta ou indiretamente, os espanhóis que, se sobreviveram à aniquilação da “anti-Espanha”, ficaram à margem da História oficial.